Concentração de lucros e distribuição de riscos

Por William Cruz

"Não é um TAC punitivo, é a mudança da estrutura tecnológica da Reduc", diz Minc.

Ontem, dia 25 de novembro, o atual secretário estadual do ambiente, Carlos Minc, esteve em audiência pública, na Câmara Municipal de Duque de Caxias, para prestar explicações à população sobre o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) da REDUC de um montante de 1bilhão e 89 milhões de reais.

Diante das controvérsias e lacunas no que diz respeito à montagem e o andamento do cumprimento das condicionantes, o Vereador Moa convocou a audiência contando, além da presença do secretário estadual, ainda com Cândido Luis (representante da Direção Geral da Petrobras), Raquel Giffoni(socióloga do IPPUR/UFRJ que desenvolveu pesquisa sobre TAC's), um representante da OAB, Lauricy Fátima de Jesus (secretária municipal de Meio Ambiente) e outros parlamentares.

O Secretário Carlos Minc em sua explanação aproveitou para exaltar os projetos desenvolvidos pelo INEA, como o Projeto Iguaçu, além do Pólo Reciclador de Gramacho, a destinação de 160 milhões para o saneamento de Xerém e a realocação das famílias do Rio Calombé através do MCMV (Minha Casa e Minha Vida). Ele reconheceu os impactos sociais e ambientais, porém destacou que a "CSN e Reduc são essenciais mesmo poluidoras" e justificou ao afirmar que a poluição oriunda das duas indústrias ocorre "não porque querem, mas por causa de sua tecnologia".

No momento das intervenções da plenária, foi questionada a ausência do Ministério Público na elaboração do TAC da Reduc, celebrado entre o SEA (Secretária de Estado do Ambiente), CECA (Comissão Estadual de Controle Ambiental), Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e PETROBRAS–REDUC. As intervenções evidenciaram o estado de descaso com a população atingida diretamente pela refinaria, problemas de infraestrutura urbana foram apontados como indicadores de que a riqueza produzida pela Reduc não chega aos moradores. Outra questão levantada foi o falso discurso o qual propagandeava que a refinaria seria um indutor de desenvolvimento, no entanto, o que se vê é abandono por parte do poder público e a distribuição dos riscos para a população caxiense enquanto os lucros estão concentrados em poucas mãos. Segundo um morador de Campos Elíseos, 2º distrito de Duque de Caxias onde é situada a Reduc, "Desde Outubro de 2012 o posto de Saúde de Campos Elíseos está fechado".

Destaca-se o protagonismo do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG) ao realizar intervenções de alta qualidade tendo como reposta o apoio da Câmara Municipal que acatou a proposta de montar uma comissão de acompanhamento do TAC, em conjunto com a OAB. O FAPP-BG também entregou em mãos o livro "*50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria Petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal*" ao secretário Carlos Minc.

Contudo, a grande indagação compartilhada por todos se deve a insegurança de que a PETROBRAS-REDUC cumprirá as condicionantes do TAC já que desde 2000 quando

Fonte: duquedecaxias.net

Concentração de lucros e distribuição de riscos

Por William Cruz

outro TAC exigiu a apresentação do Plano de Inspeção Consolidado e Plano Ambiental Consolidado das atividades, linhas e instalações que impactam a Baía de Guanabara já teve como resultado "uma série de inconformidades em relação às emissões atmosféricas, efluentes líquidos, resíduos sólidos, gerenciamento de riscos, operação e manutenção de sistemas" (segundo Parecer Técnico nº130/2012 - 4ºCCR) e em Laudo Técnico (nº032/2011 – 4ºCCR), elaborado em 26 de Abril de 2011, as emissões de Dióxido de Enxofre, Dióxido de Nitrogênio e Ozônio estariam fora dos padrões CONAMA. Ou seja, o TAC conseguirá fazer aquilo que nem o EIA/RIMA conseguiu? Ainda o Parecer Técnico nº130/2012 deixa expressa a dificuldade de avaliar o EIA/RIMA, no que tange a emissão de efluentes líquidos, pois os estudos de impacto estão embasados em dados embaraçosos e apresentam, ou deixam de apresentar, quais são as resoluções que guiam a análise.

O Sr. Cândido Luis, afirmou que a refinaria não poupa esforços e investimentos em tecnologias, por isso, possui equipamentos de ponta. Em descompasso à fala do representante da Petrobras o secretário, Carlos Minc, garantiu que "Não é um TAC punitivo", mas "a mudança da estrutura tecnológica da Reduc". Em reposta à pergunta feita sobre a ausência do MP no TAC, o secretário do ambiente respondeu: "O Ministério Público não manifestou interesse pela participação".

O TAC reuniu 48 ações determinadas numa Auditoria de padrão internacional, sem nenhuma participação popular, dentre elas: da população que sofre diretamente das externalidades da refinaria -, projeto de drenagem dos rios do entorno da Reduc – ação já contemplada pelo Projeto Iguaçu – e a destinação de resíduos recicláveis para cooperativas de Gramacho. Esse instrumento serviu para a renovação da licença de operação suspensa desde 2010 e assinada em 17 de outubro de 2011.

"O TAC conseguirá fazer aquilo que nem o EIA/RIMA conseguiu?"

Fonte: Jornal Extra